

DO VELHO AO NOVO DESENVOLVIMENTISMO: ELEMENTOS PARA UM DEBATE TEÓRICO CRÍTICO

Francisco Raphael Cruz Maurício¹

RESUMO

O artigo pretende realizar uma discussão sobre o conceito neo desenvolvimentismo a partir das recentes leituras críticas sobre o termo produzidas por Fiori, Ridenti, Boito Júnior e Castelo. Iniciaremos nossa exposição com um resgate do debate em torno do velho desenvolvimentismo latino-americano, identificando suas principais matrizes de pensamento como forma de construirmos um *background* que nos habilite a mensurar os graus de autonomia ou dependência que o novo guarda do velho desenvolvimentismo em seus aspectos teóricos e históricos. Em seguida, iremos decompor as principais teses acerca da classificação do neo desenvolvimentismo, tendo como pano de fundo uma análise comparativa entre o velho e o novo.

Palavras-chave: Teoria. Velho desenvolvimentismo. Novo desenvolvimentismo.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas eleições presidenciais de 2010, os dois principais partidos defendiam projetos que podemos classificar, em traços gerais, como desenvolvimentistas. As candidaturas de José Serra e Dilma Rousseff sintetizaram em variados graus a tradição política e econômica de viés desenvolvimentista presente no Brasil. José Serra representou durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a corrente desenvolvimentista do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), contraponto minoritário a um governo classificado de neoliberal pela oposição de esquerda dos anos 1990. No caso do Partido dos Trabalhadores (PT),

¹ 1 Mestrando do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, bolsista CNPq.

Dilma foi a representante desenvolvimentista do governo Lula, que abrigou também ministros liberais, mais proeminentes em seu primeiro governo e menos em seu segundo mandato (RIDENTI, 2009; 2010).

Com a vitória eleitoral do PT neste embate, o discurso e a prática desenvolvimentista ganharam sobrevida no Brasil através dos projetos do governo federal nos setores de energia, infraestrutura, transporte e recursos hídricos. Estes projetos foram contemplados em 2007 no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), agora numa segunda etapa classificada de PAC II. Esse retorno ao repertório teórico e ideológico do desenvolvimentismo levou autores como Fiori (2011a) e Ridenti (2009; 2010) a falarem do *retorno do velho desenvolvimentismo* e a conformação de uma ideologia do neo desenvolvimentismo presente na política social e econômica do atual governo federal.

O presente artigo visa realizar uma discussão sobre o conceito *neo desenvolvimentismo* a partir das recentes leituras críticas sobre o termo produzidas por Fiori, Ridenti, Boito Jr. e Castelo. Para isso, iniciaremos nossa exposição com um resgate do debate em torno do velho desenvolvimentismo latino-americano, identificando suas principais matrizes de pensamento como forma de construirmos um *background* que nos habilite a mensurar os graus de autonomia ou dependência que o novo guarda do velho desenvolvimentismo em seus aspectos teóricos e históricos. Em seguida, iremos decompor as principais teses acerca da classificação do neo desenvolvimentismo, tendo como pano de fundo uma análise comparativa entre o velho e o novo.

2 RELENDO O VELHO DESENVOLVIMENTISMO LATINO-AMERICANO: EM BUSCA DE UMA GENEALOGIA TEÓRICA

Para guiar nossa compreensão do novo desenvolvimentismo, faremos inicialmente o movimento *arqueológico* de buscar as origens do velho desenvolvimentismo em suas principais características teóricas. Assim,

construiremos um *background* teórico que nos habilite em seguida mensurar que tipo de herança epistemológica carrega o novo desenvolvimentismo e que grau de autonomia teórica e histórica possui em relação ao velho desenvolvimentismo.

Na tentativa de entender a construção e legitimação da ideologia nacional desenvolvimentista na América Latina, Fiori (2011a) mapeou as matrizes teóricas que organizaram o debate em torno do papel do Estado no desenvolvimento econômico. Este foi o fio condutor do autor para construir o que classificamos aqui de uma *genealogia* do nacional desenvolvimentismo latino americano. Fiori (2011a) identifica *três grandes matrizes de pensamento* que serviram para orientar o papel do Estado no período de efervescência ideológica do nacional desenvolvimentismo entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o golpe civil militar de 1964. Essas três grandes matrizes foram a *teoria da modernização*, de base weberiana e filiação acadêmica norte-americana, contemporânea a teoria das etapas do desenvolvimento econômico de Walter Rostow; a *teoria estruturalista* do centro-periferia e do intercâmbio desigual, baseada no pensamento de Raúl Prebisch, filiada institucionalmente a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), órgão da Organização das Nações Unidas; e a *teoria da revolução democrático burguesa*, de base marxista, presente nos programas dos Partidos Comunistas do continente. Em síntese, essas três matrizes de pensamento guiaram as diversas faces assumidas pelo desenvolvimentismo na América Latina. No decorrer de nossa exposição vamos decompor os principais elementos teóricos de cada uma das três matrizes cruzando a genealogia de Fiori com argumentos de estudiosos que contribuem para a caracterização crítica do velho desenvolvimentismo.

Em traços gerais, a teoria da modernização se baseia largamente na distinção entre o arcaico e o moderno, tanto na forma de sociedades modernas e sociedades tradicionais quanto nas formas assumidas pela mentalidade dos indivíduos. Nesta matriz, o desenvolvimento histórico das sociedades gira em torno de atitudes e valores que os indivíduos portam e não nos interesses materiais ou das contradições de classe. A teoria deriva, em parte, da análise de Max Weber contida no livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904), que relaciona

a ascensão da economia capitalista moderna nos EUA com a ética religiosa protestante e como outros sistemas de crenças teriam inibido o avanço rumo a sociedade moderna (SKLAIR, 1995, p. 44). Na teoria da modernização, os sistemas políticos europeu e norte-americano são encarados como *tipos ideais* nos quais o desenvolvimento latino-americano deveria basear-se (FIORI, 2011a). Dessa maneira, o objetivo a ser atingido pelos países periféricos seria uma sociedade e economia baseadas em um capitalismo via democracia liberal à imagem dos EUA e da Europa Ocidental (SKLAIR, 1995). Assim, os países periféricos teriam que passar por fases análogas as experimentadas pelas economias capitalistas centrais. Esses elementos servem de base para uma visão teleológica de desenvolvimento composta por etapas previamente fixadas e universais, como a sustentada no livro *The stages of economic growth: A non-communist manifesto* (1960) do economista norte-americano W. W. Rostow. Este livro, a partir de sua teoria dos estágios do desenvolvimento, igualava modernização à industrialização e exerceu influência em intelectuais brasileiros como Celso Furtado e Hélio Jaguaribe² (NETO, 2011, p. 2).

Podemos observar a presença da matriz teórica da modernização no nacional desenvolvimentismo através do pensamento de Hélio Jaguaribe e, em diversas gradações, no grupo de intelectuais que compunham o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1955, durante o governo Juscelino Kubitschek e ligado ao Ministério da Educação e Cultura. Para Bresser-Pereira (1982, p. 275) o ISEB conformava uma ideologia nacional burguesa e uma primeira manifestação da ideologia modernizadora, desenvolvimentista e *eficientista* da nascente tecno burocracia no aparelho de Estado que assumira o comando do desenvolvimento no seio do Estado populista. Este desenvolvimento rumo a modernização, defendido por Jaguaribe, se daria através da industrialização, processo dirigido pela burguesia industrial (LOVATTO, 1997, p. 64).

Analisando de um ponto de vista crítico, o que está embutido na teoria da modernização e sua transformação dos modelos político-econômicos estadunidense e europeu em *tipo ideal* é a tentativa de universalizar analiticamente suas

² Por exemplo, o modelo de Rostow, esteve presente na leitura que Jaguaribe fez sobre a industrialização no período do governo Kubitschek, afirmando que nesse período ocorreu a decolagem (conceito rostowiano) do desenvolvimento brasileiro (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 110).

experiências particulares como guias históricos capazes de conduzir as sociedades latino-americanas em seu processo de desenvolvimento capitalista. Obliteram-se assim, do ponto de vista teórico, as formações sociais periféricas enquanto unidades de análise específicas e as particularidades históricas de seus processos políticos, econômicos e culturais.

Já o esquema teórico cepalino, de base estruturalista, é marcado pela divisão entre países do centro e da periferia, o intercâmbio desigual, a análise do modelo primário-exportador, propondo a industrialização via substituição de importações e planejamento econômico pelo Estado (FIORI, 2011a; BRESSER-PEREIRA, p. 275, 1982). Os principais intelectuais que refletiram esse projeto e operaram sobre a base institucional ONU-CEPAL foram o argentino Raul Prebisch e o paraibano Celso Furtado. Para Roxborough (1981, p. 36), o pensamento da CEPAL representou em seu surgimento o início da decomposição do antigo paradigma endógeno da teorização sociológica, o que possibilitou uma nova abordagem da ciência econômica do desenvolvimento. Passava-se a um novo paradigma que sustentava a posição que a América Latina havia se desenvolvido como parte integral da economia mundial em expansão, levando em conta elementos exógenos aos países como a posição ocupada na divisão internacional do trabalho. Dessa forma, seu subdesenvolvimento se explicaria pelo desenvolvimento orientado para o mercado externo como fornecedora de matérias-primas e alimentos para as nações industriais e que importava, em troca, produtos manufaturados³. Em síntese, essa seria a base da tese do intercâmbio desigual ou da deterioração dos termos de troca defendida pelos intelectuais orgânicos da CEPAL.

A partir desse viés, passava-se a considerar uma ligação direta entre as transformações nos países industrializados do *centro* e nos países subdesenvolvidos da *periferia*. Contudo, a CEPAL não foi capaz de levar até as últimas consequências essa análise, o que a direcionaria a conformar algum tipo de teoria do imperialismo. Roxborough (1981, p. 42) observa que apesar da CEPAL ter

³ De acordo com as teorias convencionais do comércio internacional, essa divisão do trabalho, seguindo os contornos da vantagem natural, agiu em benefício de ambos os interessados. Para a CEPAL o sistema de comércio internacional operava contra os interesses da América Latina. O argumento da CEPAL focalizava as relações de troca (ROXBOROUGH, 1981, p. 35).

claro que o atraso da periferia era decorrente da relação de exploração com o centro e que havia uma tendência decrescente das relações de troca, o mecanismo dessa relação de exploração não foi estudado em detalhe. Para a CEPAL, o capital estrangeiro podia desempenhar um papel importante no crescimento econômico, devendo ser bem recebido. No lugar da CEPAL voltar-se a observação dos vários mecanismos do imperialismo, ela e a escola sociológica ligada a ela acabaram por voltar a atenção a busca dos obstáculos internos ao desenvolvimento (ROXBOROUGH, 1981, p. 42).

Marini (2007, p. 166) considera a tese da *industrialização por substituição de importações* como um elemento básico na ideologia desenvolvimentista, cujo maior epígono foi a própria CEPAL e o trabalho clássico de Maria da Conceição Tavares, chamado *The growth and decline of import substitution in Brazil*, publicado pelas Nações Unidas em 1964. Ela conforma estas preocupações analíticas da CEPAL com os obstáculos internos ao desenvolvimento. Uma visão crítica sobre a tese da industrialização por substituição de importações e seus limites é oferecida por Marini (2007, p. 166-167). O autor argumenta, em contraposição as teses da CEPAL, que por significativo que tivesse sido o desenvolvimento industrial no seio da economia exportadora e por extensão no mercado interno, seja na Argentina, México, Brasil e outros países, no período compreendido entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, isso não foi suficiente para conformar uma verdadeira economia industrial que fosse capaz de definir o *caráter* e o *sentido* da *acumulação de capital* e que provocasse uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico. Apesar dos surtos temporários de industrialização, a indústria continuou sendo nesses países uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, que constituem, estes sim, o centro vital do processo de acumulação⁴.

A teoria da revolução democrático burguesa filiada institucionalmente aos Partidos Comunistas da América Latina encarava o desenvolvimento de base

⁴ A compressão permanente que exercia a economia exportadora sobre o consumo individual do trabalhador não permitiu mais do que a criação de uma indústria débil, que só se ampliava quando fatores externos (...) fechavam parcialmente o acesso a esfera alto de consumo para o comércio de importação. (...) A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados (MARINI, 2007, p. 169-170).

industrial como fator necessário de amadurecimento do modo de produção capitalista (FIORI, 2011a). Ianni (1985, p. 47) afirma que entre os anos 1945 e 1964 o Partido Comunista do Brasil (PCB) defendeu um modelo de desenvolvimento político e econômico que implicava na consolidação e crescimento do capitalismo nacional. Essa fase de desenvolvimento do modo de produção era pré requisito para a realização da revolução socialista no continente (FIORI, 2011a). Essa teoria justificou uma série de alianças entre trabalhadores e a burguesia industrial, esta encarada como possuindo elementos de contradição com o imperialismo e o latifúndio. Este esquema não considerou o caráter associado da burguesia periférica com os interesses estrangeiros (IANNI, 1985, p. 47). Foi marcado pela transposição mecânica das experiências dos países centrais do capitalismo para as formações sociais periféricas desconsiderando a heterogeneidade interna da América Latina e sua própria dinâmica de desenvolvimento histórico e social. O golpe civil militar de 1964 no Brasil revelou as fragilidades dessa teoria, ao demarcar o caráter dependente da burguesia no Brasil ao imperialismo⁵.

Caminhando para uma síntese da discussão em torno das três matrizes teóricas do nacional desenvolvimentismo latino americano, Fiori (2011a) constata a existência de pontos de contato, uma convergência estratégica, entre essas diversas matrizes.

Estas três teorias consideravam que a) o desenvolvimento econômico era um objetivo indiscutível e consensual, capaz de constituir e unificar a nação; b) se propunham construir economias nacionais autônomas e sociedades modernas e democráticas; c) consideravam que a industrialização era o caminho necessário da autonomia e da modernidade, ou mesmo da construção socialista; e, finalmente, d) propunham que o estado cumprisse o papel estratégico de *condotieri* desta grande transformação (FIORI, 2011a).

⁵ Ver, EVANS, Peter. A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. FRANK, Andre Gunder. A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo. In: STEDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda (1960-1980). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Este período da história desenvolvimentista é marcado para Fiori (2011a) por dois elementos principais, um é que as políticas desenvolvimentistas só tenham sido aplicadas de forma muito pontual, descoordenada e irregular, podendo-se falar em Estado desenvolvimentista na América Latina somente em relação ao México, com ressalvas, e o próprio Brasil. O outro elemento, é que no Brasil a matriz teórica mais importante não foi nenhuma das anteriormente abordadas, mas a *teoria da segurança nacional*, formulada pelos militares brasileiros que tiveram um papel na construção e tutela do Estado desenvolvimentista entre 1937 e 1985. Em geral, os antecedentes históricos do desenvolvimentismo de cariz militar no Brasil remontam para Fiori (2011a) à Revolução de 1930 e o Estado Novo. Mas é somente nos anos 1950, com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), que o projeto ganha seus contornos ideológicos mais definidos e uma estratégia específica dentro do campo desenvolvimentista. Essa estratégia aliava desenvolvimento e industrialização com a primazia da defesa nacional⁶.

A partir de Fiori (2011a), podemos assinalar que a genética do desenvolvimentismo latino americano comporta *unidade* (o consenso de uma estratégia de desenvolvimento nacional baseada na acumulação de capital na indústria, como forma de realizar a transição da sociedade tradicional/rural para a moderna/industrial, colocando o país na rota do desenvolvimento capitalista) na *diversidade* (teorias da modernização, da revolução democrático-burguesa, estruturalismo econômico, teoria da segurança nacional). Apesar dessas matrizes existirem de forma geral na América Latina, uma variante que marcou historicamente o Brasil por cerca de cinquenta anos foi a teoria da segurança nacional, base do desenvolvimentismo de cariz militar no país, originado no tenentismo dos anos 1930 e que encontrou seu ápice durante a ditadura civil militar iniciada em 1964.

⁶ Para o papel da ESG no contexto do golpe civil militar ver IANNI, Octavio. O ciclo da revolução burguesa. Petrópolis: Vozes, 1984. DREIFUSS, René. 1964: A conquista do poder. Petrópolis: Vozes, 1981.

3 LENDO O NOVO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO

Delimitado de forma geral o velho desenvolvimentismo em suas principais matrizes teóricas, passamos agora para o debate em torno do que caracteriza o neo desenvolvimentismo. Foram selecionados autores que iniciaram leitura crítica sobre a gênese e configuração do neo desenvolvimentismo no Brasil, nomenclatura que passa a ganhar relevo no contexto da política e da economia dos consecutivos governos federais assumidos pelo Partido dos Trabalhadores (2003-2013). Neste ponto, também nos propomos, a partir dos limites deste artigo, a irmos mensurando a herança do velho desenvolvimentismo latino americano no decorrer das caracterizações teóricas do neo desenvolvimentismo. As leituras que elencamos se baseiam em análises de fundo histórico, político e econômico que se cruzam e também se diferenciam na busca da compreensão do neo desenvolvimentismo.

Um elemento importante a se destacar no *retorno do desenvolvimentismo* é que ele se realiza em condições históricas diferentes das que propiciaram a gênese e o desenrolar do debate original durante o século XX (RIDENTI, 2009). Assim, o terreno social, político e econômico de onde emerge o neo desenvolvimentismo no século XXI, guarda características próprias que dialogam com as recentes mudanças experimentadas nas duas primeiras décadas deste século, mas que também carrega o peso das tradições políticas e econômicas anteriores, como variados graus de populismo e nacionalismo presentes nas relações entre o *processo político brasileiro* e o *desenvolvimento do capitalismo* (BOITO, 2012, p. 01). Ridenti (2009) afirma que esse *retorno ideológico do desenvolvimentismo se deve a crise do neoliberalismo e da esquerda*. Ou seja, as dificuldades do mercado em tempos de crise do neoliberalismo, refletida na crise econômica iniciada em 2008, e os impasses da esquerda na viabilização de uma alternativa socialista pós Muro de Berlim. Esses atuais desafios levaram ambos, mercado e esquerda, de volta ao arcabouço teórico desenvolvimentista, em suas diversas nuances, acerca do lugar que ocupa o Estado no desenvolvimento nos marcos do capitalismo.

Para Fiori, esse retorno ao papel do Estado na economia operado pelo

“neo desenvolvimentismo” propõe que ele seja recuperado e fortalecido, mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações (FIORI, 2011b).

Essa diluição dos interesses contraditórios, marcado por uma forte imprecisão política, seria próprio do neo desenvolvimentismo e sua tentativa de se constituir numa *terceira via* entre a ortodoxia e o populismo. Assim, ele aponta em certos momentos para o fortalecimento do Estado e em outros para o fortalecimento do mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os campeões nacionais; o público e o privado; política industrial e abertura; política fiscal e monetária ativa e austera. Conforma-se assim para Fiori um *pastiche* de propostas macroeconômicas bastante ecléticas (FIORI, 2011b). A partir de uma análise comparativa, Fiori (2011b) afirma que o neo desenvolvimentismo repete os mesmos erros teóricos do passado ao propor medidas ainda mais imprecisas do que foi a ideologia nacional desenvolvimentista dos anos 1950. Dessa forma, entendemos a partir de Ridenti (2009; 2010) e Fiori (2011b) que o retorno ao desenvolvimentismo significou um retorno ao debate sobre o *lugar do Estado na economia capitalista* (no contexto da crise do mercado e da esquerda), contudo marcado pela imprecisão dos interesses políticos de classe e por um perfil de políticas macroeconômicas bastante oscilantes.

Esse caráter economicamente oscilante e politicamente impreciso do neo desenvolvimentismo guarda relação com sua forma de frente política heterogênea. Para Boito (2012, p. 3), o neo desenvolvimentismo seria uma *frente política* de base ampla e heterogênea que sustenta a política de crescimento econômico e transferência de renda encetadas pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff⁷. As origens dessa frente remontam a segunda metade dos anos 1990 quando um setor da burguesia interna que havia apoiado de forma seletiva o programa neoliberal (Collor, FHC), foi acumulando contradições com esse programa. Essa situação se somou às dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical e popular na época. A partir do imbricamento desses fatores se criou as condições de construção de uma frente policlassista que englobasse setores das classes dominantes e das

⁷ Para caracterização dos cinco elementos gerais dessa frente ver Boito, 2012, p. 3-4.

classes dominadas. O veículo dessa construção foi o Partido do Trabalhadores. A base do programa de política econômica e social dessa frente busca o crescimento econômico do capitalismo no Brasil com alguma espécie de transferência de renda, contudo sem romper com os limites do modelo econômico neoliberal ainda vigente no país⁸ (BOITO, 2012, p. 5).

Para Boito (2012, p. 7-8) a priorização dos interesses da fração do grande capital é constatada por vários aspectos da política econômica, entre eles a busca de superávits na balança comercial que favoreceu bastante o agronegócio, a mineração e demais setores ligados à exportação de produtos agropecuários e de recursos naturais. A burguesia interna se torna assim a força que mais ganha com a política neo desenvolvimentista. Entretanto, Boito (2012, p. 8) também faz a leitura de que apesar dessa política propiciar os maiores ganhos para a burguesia interna ela beneficiaria em menor proporção os trabalhadores através da recuperação do emprego, política de reajuste do salário mínimo com o aumento do poder aquisitivo da base da pirâmide social e a organização sindical com um maior número de greves. Para o autor, o prefixo *neo* acrescentado ao desenvolvimentismo se justifica porque as diferenças com o velho desenvolvimentismo do período 1930-1980 são significativas. O novo se diferenciaria do velho desenvolvimentismo por apresentar um crescimento econômico menor do que o do velho desenvolvimentismo; manter a abertura comercial de Collor e FHC dando menos importância ao mercado interno; menor importância a política de desenvolvimento do parque industrial; reativação da função primária exportadora do capitalismo brasileiro; menor capacidade distributiva de renda; a fração burguesa que dirige o neo desenvolvimentismo não tem interesse de agir como força social nacionalista e anti imperialista (BOITO, 2012, p. 6).

Para Boito o *neo desenvolvimentismo* é o *desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal*, que se manifesta de forma histórico concreta a partir de uma frente política policlassista cujo principal veículo institucional é o Partido dos Trabalhadores e que possui como seu principal rival no processo político nacional o que autor classifica de campo neoliberal ortodoxo. (BOITO, 2012, p. 4-6).

⁸ Para as características gerais desse programa, ver BOITO, 2012, p. 05.

Castelo (2012, p. 629) caracteriza o novo desenvolvimentismo como formado por *três* correntes. A primeira é a *macroeconomia estruturalista do neo desenvolvimentismo*. A ideia central é a primazia do mercado com atuação reguladora do Estado nas falhas do mercado. Essa corrente é representada teoricamente por Luíz Carlos Bresser Pereira e por aparelhos privados de hegemonia como a Fundação Getúlio Vargas. A segunda é a *pós-keynesiana*. Se assemelha a primeira, sustentando o papel do Estado como redutor das incertezas do ambiente econômico para favorecer as tomadas de decisão de investimento do setor privado, compatibilizando altas taxas de crescimento com equidade social. Defende uma coalizão nacional entre burguesia industrial, burocracia estatal, setores médios e trabalhadores, com a hegemonia dos primeiros dois grupos. É representada basicamente pelo grupo de intelectuais que assinam o livro *O novo desenvolvimentismo*⁹ (2005). A terceira é a *social desenvolvimentista*. Defende a afirmação do mercado via ampliação do consumo de massas. O Estado aqui possui um peso maior do que nas outras duas correntes, subordinando as políticas macroeconômicas às de desenvolvimento. É representada pela Rede Desenvolvimentista, formada por economistas heterodoxos dos Institutos de Economia da UFRJ e da UNICAMP, sendo coordenada por Ricardo Carneiro e financiada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e o Ministério da Ciência e da Tecnologia.

A partir de uma análise crítica e comparativa, Castelo (2012, p. 633-634) conclui que o novo desenvolvimentismo é marcado por um duplo movimento para reforçar a *decadência ideológica do pensamento burguês*. O primeiro é que ignorou as críticas da teoria marxista e da teoria da dependência realizada nos anos 1960-70 ao nacional desenvolvimentismo. O segundo, é que esvazia – teórica e politicamente – as contribuições clássicas da teoria do valor-trabalho, a vulnerabilidade externa, o subdesenvolvimento, a dependência e a revolução brasileira, “destruindo em pouco mais de cinco anos o que os clássicos do nacional desenvolvimentismo construíram ao longo dos últimos cinquenta” (CASTELO, 2012, p. 633- 634).

⁹ SICSÚ, J. PAULA, L. F. de; MICHEL, R. (Orgs.). Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade. Barueri/Rio de Janeiro: Manoel/Fundação Konrad Adenauer, 2005.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao iniciarmos nosso artigo com a análise do velho desenvolvimentismo latino americano, percebemos que não estávamos realizando a *anatomia de um cadáver*, mas a busca do entendimento de algo que se encontra ainda vivo na política e no pensamento social brasileiro, que possui a potencialidade de materializar-se em programas de governo e políticas públicas. Constatamos que o neo desenvolvimentismo brasileiro ainda se move portando consigo variados elementos do velho desenvolvimentismo latino americano, mas adaptando-o a realidade global do capitalismo neoliberal no século XXI. Isso quer dizer, que o neo desenvolvimentismo possui uma *historicidade*, assentada na tradição política e teórica presente na América Latina, que se inicia no Brasil com o Estado Novo varguista passando pelos governos populistas, atravessando a ditadura civil militar e enfrentando crises nos anos 1980 e 1990, mas conseguindo chegar *renovado* às primeiras duas décadas do século XXI. Essa historicidade se combina com sua *faceta contemporânea*, que diz respeito a realização de um discurso e prática desenvolvimentistas operadas pelos governos do PT nas condições do capitalismo neoliberal – condições essas derivadas da reestruturação ocorrida nas últimas quatro décadas e que se intensificam no contexto da crise atual¹⁰. Assim, o estudo do neo desenvolvimentismo vigorante no início do século XXI está mais para *biópsia*, se constituindo na análise de um corpo vivo de dimensões teóricas e ideológicas com consequências práticas para a vida em sociedade e sua dinâmica de classes.

A partir de nosso estudo podemos indicar – de maneira sintética e se responsabilizando pelos riscos que representa uma primeira aproximação conceitual – que o neo desenvolvimentismo significa historicamente um retorno ao debate do papel do Estado na economia, derivado das recentes crises do capital e da esquerda (RIDENTI, 2009; 2010). *Economicamente* significa uma política macroeconômica

¹⁰ ANTUNES, Ricardo. A corrosão do trabalho e a precarização estrutural. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Dossiê Nova era de precarização estrutural do trabalho?. Margem Esquerda, nº 18, jun, 2012. São Paulo: Boitempo Editorial.

bastante eclética, quase um *pastiche* (FIORI, 2011b) marcada por oscilações. *Politicamente* significa uma frente política policlassista composta por setores das classes dominantes e dominadas (BOITO, 2012). E no plano *teórico* significou o aprofundamento da decadência ideológica do pensamento burguês ao retomar o desenvolvimentismo desconsiderando as críticas dos anos 1960-70, esvaziando as contribuições críticas clássicas do velho nacional desenvolvimentismo (CASTELO, 2012).

Acreditamos que uma estratégia teórica profícua para a construção da crítica à ideologia e à economia política do desenvolvimentismo não passa pela edificação de um desenvolvimentismo à esquerda ou sensível as demandas da questão social, mas por uma reconsideração crítica e criativa das teorias do subdesenvolvimento que realizaram uma crítica radical do capitalismo a partir da assertiva de que desenvolver o capitalismo é desenvolver a exploração¹¹.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOITO, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV, São Paulo. Disponível em <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em 15 jan 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. **Seis interpretações sobre o Brasil**. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 25, n.º 3, 1982, p. 269-306.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. Ser. Soc. Soc., São Paulo, n. 102, p 613-636, out./dez. 2012.

¹¹ Temos em mente a obra de autores como Ruy Mauro Marini, Andre Gunder Frank, Thotônio dos Santos, Florestan Fernandes.

FIORI, José Luís. **Para ler o “velho desenvolvimentismo”**. 2011a. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5382>. Acesso em 15 dez 2012.

_____. **A miséria do “novo desenvolvimentismo”**. 2011b. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5334>. Acesso em 04 jan 2012.

IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

LOVATTO, Angélica. **A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe**. Lutas Sociais, São Paulo, n. 3, p. 59-88.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI; Roberta (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NETO, Sydenham Lourenço. **Modernização, crise e protesto popular: a questão do abastecimento nos anos 50**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, junho de 2011.

RIDENTI, Marcelo. **Desenvolvimentismo: O retorno**. Revista Espaço Acadêmico, nº 92, janeiro de 2009. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/092/92ridenti.pdf>>. Acesso em 12 fev 2010.

_____. **Vinte anos após a queda do muro: A reencarnação do desenvolvimentismo no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 84, p. 50-57, dezembro/fevereiro 2009/2010.

ROXBOROUGH, Ian. **Teorias do subdesenvolvimento**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SKLAIR, Leslie. **Sociologia do sistema global**. Petrópolis: Vozes, 1995.